



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



PODER LEGISLATIVO DE BRAGANÇA PAULISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS (CAS)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO: 2008

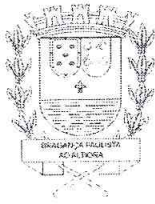
Gislene Cristiane Bueno - Presidente

Juliana Rascovetzki Saciloto - Vice-Presidente

Clóvis Amaral Garcia - Membro

Sidiney Donizetti Guedes - Membro

Valdir da Silva Camargo - Membro



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Publicação:

Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista
Praça Hafiz Abi Chedid nº 125
12902.900 Bragança Paulista – SP
telefone: (011) 4033.5618
fax: (011) 4033.5643
e-mail: info@camarabp.sp.gov.br
site: www.camarabp.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



PALAVRAS DO PRESIDENTE

A Comissão de Assuntos Socioeconômicos (CAS), a exemplo dos anos anteriores, apresenta este relatório que sintetiza as atividades realizadas por ela no ano que se encerra.

Nos últimos exercícios, a comissão tem procurado destacar entre os temas de sua pauta, projetos de leis e assuntos de interesse geral que tenham importância imediata e futura na vida da cidade e dos cidadãos. Em 2007 ela abordou diversos assuntos que considerou relevantes para a comunidade local e para tanto contou com a participação de cidadãos e de Secretários Municipais de diversas áreas.

Compartilhamos com a comissão o desejo de que as informações e impressões expressas neste relatório sirvam como ferramenta de consulta para vereadores e para cidadãos, nesses assuntos tão importantes para o município de Bragança Paulista.



RONALDO SALLES TEIXEIRA

Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



APRESENTAÇÃO

Neste relatório, o leitor vai encontrar um resumo dos trabalhos realizados em 2008 pela Comissão de Assuntos Socioeconômicos (CAS) da Câmara Municipal.

Desde logo, cabe registrar que foi mantido em 2008 o apoio da CAS ao Fórum da Educação e Protagonismo Juvenil, evento que a cada ano vem se fortalecendo em Bragança Paulista na busca de soluções para assuntos relativos à educação.

Os temas abordados pela comissão e que serão aqui tratados foram os seguintes:

- ✓ segurança pública, por meio de exposição do trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP);
- ✓ meio ambiente, mediante participação do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Antônio de Pádua Oliveira Mello;
- ✓ projeto de reurbanização da Praça Nove de Julho - Bairro do Taboão, apresentado pelo Secretário Municipal de Obras, engenheiro Rauf Carvalho Sabbag;
- ✓ trabalho desenvolvido pela Faros D' Ajuda - Associação de Proteção aos Animais - no município.

Em relação aos assuntos destacados, a comissão buscou informações e convidou representantes das áreas diretamente envolvidas na execução de medidas, para que, em debates, ela pudesse expor seus posicionamentos e cobrar providências.

Para os cidadãos que acompanham os relatórios anuais da comissão, é importante registrar que felizmente nos dias de hoje órgãos públicos com atuação em estatística e processamento de dados já disponibilizam pela internet indicadores e tabelas detalhadas a respeito dos indicadores dos municípios. Por esse motivo, nos últimos anos a CAS vem privilegiando em seus relatórios os debates, já que neste caso a fonte de informações (atas da comissão) é específica do Legislativo bragantino e ainda sem divulgação por meio eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Aos que desejarem informações complementares sobre os dados estatísticos fica, desde logo, o registro dos endereços eletrônicos utilizados pela CAS para o relatório de 2008:

www.seade.gov.br

www.ibge.gov.br

www.iea.gov.br

Concluindo, enfatizamos que, pela sua natureza complexa, os temas abordados durante o exercício certamente continuarão a ocupar espaço nos trabalhos da própria Comissão de Assuntos Socioeconômicas e de outras comissões da Casa, inclusive em legislaturas posteriores. Esperamos que as informações e os dados contidos neste relatório auxiliem a abordagem que ainda está por vir. É este, sem dúvida, um dos principais objetivos da CAS.


GISLENE CRISTIANE BUENO - Presidente


JULIANA RASCOVETZKI SACILOTO - Vice-Presidente


CLÓVIS AMARAL GARCIA - Membro


SIDINEY DONIZETTI GUEDES - Membro


VALDIR CAMARGO - Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE
BRAGANÇA PAULISTA**



PARTE I

**TEMAS
EM DESTAQUE**



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



1 SEGURANÇA PÚBLICA

Atendendo a convite da comissão, os senhores Miguel Ângelo Brandi Júnior e Leandro Luiz Caetano, em fevereiro de 2008, discutiram sobre segurança pública.

O Sr. Leandro Luiz Caetano, presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Bragança Paulista (Conseg), esclareceu que esse órgão era um elo de ligação entre a comunidade e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Também fez menção à visita que os integrantes do Conseg haviam feito à Fundação Casa.

Entre os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo Conseg, destacou a atuação deste no Fórum da Infância e da Juventude, com ênfase para a aproximação das entidades que cuidavam dessa área.

O Dr. Miguel Ângelo Brandi Júnior, presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP), esclareceu que esse órgão fora criado em 2006 e constituído em 2007, sendo composto por quinze membros, representantes de diversos segmentos da comunidade, como as Polícias, Civil, Militar e a Guarda Municipal, a Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança, o Poder Executivo e diversos organismos sociais.



Região do Lago do Taboão

Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Bragança Paulista

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'meu', 'JPB', and other illegible marks.]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

BRAGANÇA PAULISTA



O convidado expôs que o primeiro assunto tratado pelo Conselho fora o trânsito, tendo sido encaminhado documento a diversos segmentos que cuidavam dessa área solicitando maior atenção para esse tema.

Ao expor que outra questão que chamara a atenção do CMSP estava relacionada às comunidades terapêuticas, ou seja, as que cuidavam de drogadictos, de quimiodependentes, destacou que havia uma grande preocupação a esse respeito, visto que muitas delas funcionavam no município sem nenhum alvará. Lembrou que em termos de legislação, havia apenas uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a respeito do funcionamento dessas comunidades. Esclareceu que o CMSP apresentara ao Prefeito proposta dispendo sobre a regulamentação do funcionamento dessas comunidades terapêuticas, proposta essa que estava sendo analisada pela Secretaria Municipal de Saúde e posteriormente seria encaminhada ao Setor Jurídico da Prefeitura.

O Dr. Miguel Ângelo também relatou que em agosto de 2007 ocorrera reunião - da qual haviam participado cerca de vinte pessoas ligadas de alguma forma à área da Criança e do Adolescente, incluindo órgãos públicos e entidades privadas - durante a qual surgira proposta de criação de uma rede, chamada provisoriamente de Recria. Por meio dessa rede, explicou, se pretendia que as pessoas que atuavam na área da Criança e do Adolescente se conhecessem, bem como conhecessem o trabalho desenvolvido por cada uma delas, para fazerem trabalhos articulados. Comentou que os membros da CAS eram os primeiros a serem informados sobre a criação da Recria e, referindo-se aos segmentos que compunham essa rede, citou: Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público, Diretoria Regional de Ensino, Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer, Comenor e Fundação Casa. Informou que a Recria pretendia editar e publicar material sobre aquilo que se fazia na área da Infância e da Juventude no município, para que as pessoas pudessem ter acesso a essas informações.

Ao mencionar que o CMSP assumira outro compromisso, disse ser sobre a limitação de horário para funcionamento de bares e restaurantes. Lembrando que o município de Diadema regulamentara, com sucesso, lei dispendo sobre esse assunto, comentou que nessa ocasião um bragantino, Dr. Mário Jordão Toledo Leme, era o delegado dessa localidade. Registrou que, após coletar dados, o CMSP chegara à conclusão que ainda não era o momento de o município criar lei dispendo sobre o assunto, entretanto, frisou, era necessária uma fiscalização rigorosa. Mencionou que, segundo estatísticas, os bairros do Taboão (região do Lago do Taboão), Lavapés e uma parte do Centro vinham apresentando aumento de criminalidade à noite e durante a madrugada, algo que os levava a pedir ao Prefeito um rigor maior nessa fiscalização. Esclareceu que o compromisso do Conselho era o de verificar, durante algum tempo, se estava ocorrendo rigor na fiscalização e, caso constatassem um fracasso, colocariam novamente esse assunto em pauta.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



O Secretário **Sérgio Pereira da Silva** falou a respeito de convênio que se pretendia realizar para delegar as atribuições municipais de trânsito, exclusivas da Prefeitura, também à Polícia Militar, para que esta auxiliasse na fiscalização. Referindo-se às ruas do município, principalmente as da área central, frisou que havia diversos problemas em relação ao trânsito, devidos principalmente ao grande número de veículos existentes atualmente no município, ou seja, mais de setenta mil.

Reportando-se a medidas de melhoria na sinalização, noticiou que até o final do primeiro semestre de dois mil e sete seria implantado o Projeto de Orientação de Tráfego (POT), o qual tinha como objetivo principal diminuir o fluxo que, indevidamente, ocorria no centro da cidade. Declarou que se referia aos fluxos que podiam, alternativamente, ocorrer em outras vias da cidade. Explicou que fariam uma orientação nova de todas as vias, principais acessos e pontos, fornecendo outras alternativas que não trânsito pelo centro da cidade.

Em resposta a questionamento da vereadora Gislene sobre a falta de vagas para estacionamento na Rua Cel. Teófilo Leme (Rua do Mercado), o **Secretário** explicou que, diante da situação exposta anteriormente, restavam poucas alternativas que não fossem as restritivas. Comentou que na Rua do Mercado, caso fosse implantado calçadão, de certa forma seriam restringidas as vagas de estacionamento. "Sempre quando você prioriza fluidez, você vai prejudicar estacionamento. Se priorizar estacionamento, você vai prejudicar fluidez", destacou o Secretário. Mencionando que a segurança, inclusive a do pedestre, era outro item bastante importante, lembrou que o motorista também era pedestre a partir do momento em que estacionava o veículo. Ainda sobre a mencionada rua, informou que estava em estudos proposta de alargamento da calçada e a volta do estacionamento paralelo de um lado apenas.

Tendo a vereadora Gislene sugerido a realização de audiências públicas com os comerciantes e usuários em geral para se verificar aquilo que a população necessitava, o **Secretário** concordou com a sugestão e comentou que se pretendia realizar uma audiência pública para explicar a implantação do sistema eletrônico de zona azul, ou seja, os parquímetros. Explicou essa questão dependia da aprovação de projeto de lei pela Câmara Municipal, dispondo sobre autorização de concessão. Detalhando que seria difícil para a Prefeitura assumir esse serviço devido ao alto custo dos equipamentos, comentou que aquilo que se via em todos os municípios era a concessão, por meio da terceirização, desse sistema de estacionamento.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Sérgio', 'Gislene', and other illegible marks.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



2 MEIO AMBIENTE

Em março de 2008 a CAS teve a oportunidade de debater com o titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sr. Antônio de Pádua Oliveira Mello. Ao expor o trabalho que essa secretaria vinha realizando, ele destacou a importância da sintonia e do relacionamento amistoso entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para o bom andamento dos trabalhos da mencionada secretaria.

Sobre ter sido criticado quanto à insipiência e aos poucos resultados dessa secretaria, o Sr. Antônio explicou que assumira essa área no último dia de dezembro de dois mil e cinco, área essa que, anteriormente era atendida pela Divisão de Meio Ambiente, com um orçamento anual de trinta e cinco mil reais. Relatou que atualmente a secretaria tinha um orçamento de quatrocentos e trinta mil reais e contava com nove funcionários, entre eles, um engenheiro agrônomo, uma advogada especialista em meio ambiente, um engenheiro ambiental e um estagiário de obras. Ressaltando que essa equipe tinha uma visão muito clara sobre os problemas acumulados ao longo do tempo, comentou que ao assumir uma secretaria sem recursos, ficara difícil atuar, visto que as gestões na área ambiental necessitavam, principalmente, de um conselho deliberativo consolidado.

O Secretário destacou que pretendia enviar, para a apreciação da Casa, projetos relacionados ao meio ambiente, os quais dispunham sobre:

- ✓ *gestão de recursos hídricos;*
- ✓ *reuso do óleo de cozinha;*
- ✓ *resíduos da construção civil.*



Vista aérea do município

Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Bragança Paulista



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



Ao mencionar a atividade das olarias, noticiou ter sido realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado (IPT), em parceria com o Executivo local, um levantamento minerário do município, documento esse que continha informações importantíssimas para a apresentação de propostas de recuperação das áreas degradadas.

Sobre o assoreamento do Lago do Taboão, declarou que não assumiria a responsabilidade de mexer naquele local, sem antes realizar um estudo técnico da área, visto que se podia notar que a região do Jardim São José e do Taboão possuía um solo bastante instável, havia água em todo lugar.

Quando questionado sobre não ter sido colocada em prática lei referente à coleta seletiva e a reciclagem do lixo, bem como sobre o funcionamento de uma usina de reciclagem no município, o Secretário explicou que tais questões não aconteciam porque não houvera gestão ambiental. Lembrou que a usina de reciclagem de lixo fora criada em 1998, no governo do então prefeito José de Lima, porém, sem nenhum embasamento técnico. Detalhando que na ocasião se concluía que bastava apenas colocar em um galpão prensas para plásticos, vidros e metais. Ressaltou que não se realizara um levantamento sobre os tipos de lixo que o município produzia e nem se pensara em uma proposta de inclusão social dos catadores de lixo. Lembrou que os governos posteriores não haviam dado a devida atenção a essa usina e com o tempo ela foi sendo saqueada, tendo sido roubado tudo o que havia naquele local. Sobre a usina ser próxima ao aterro sanitário, disse que logisticamente isso não era significativo e opinou que não podiam associar a produção da usina a um aterro particular, pois o município tinha de ser autônomo, ou seja, ter um programa de reciclagem desvinculado de qualquer interesse.

Comentou que a empresa responsável pela coleta do lixo no município, embora pleiteasse, ainda não conseguira ampliar a área do aterro sanitário, área essa praticamente saturada, pois o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentado por ela ainda não fora aprovado pela Cetesb devido à suspeita de contaminação do lençol freático.

Detalhou que Bragança Paulista participava de três programas de educação ambiental, dois deles lançados pelo Ministério do Meio Ambiente:

- ✓ *Programa Municípios Educadores Sustentáveis, o qual, destacou, estava obtendo bons resultados, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Educação;*
- ✓ *Programa Coletivo Educador Mantiqueira Sustentável, desenvolvido em parceria com ongs e diversos municípios da região;*
- ✓ *Agência PCJ – Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, participação essa por meio da qual se desenvolvia uma programação voltada para a Semana da Água.*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



Destacou que os programas mencionados objetivavam atingir toda a população, haja vista a importância da participação de todos nas questões relacionadas à preservação do meio ambiente. Tendo as vereadoras Gislene Cristiane Bueno e Juliana Rascovetzki Saciloto questionado sobre a atuação da empresa concessionária do serviço de coleta do lixo, no que dizia respeito à coleta seletiva e a reciclagem, o Secretário expôs que o contrato estava pendente, pois a empresa entrara com uma ação. Afirmou que se estava na expectativa de um desfecho para essa questão.

Sobre o reaproveitamento do óleo utilizado para frituras, a vereadora Juliana citou que em cidade do Rio Grande do Sul essa iniciativa fora implantada com sucesso e opinou que os produtos oriundos dessa reciclagem, como sabão e detergente, poderiam ser distribuídos e utilizados na rede municipal.

Em resposta a questionamentos feitos pelos edis Valdir Camargo e Clóvis Amaral Garcia (Clovinho) sobre os resíduos da construção civil, o chamado entulho, o Secretário lembrou que havia um número bastante grande de construções no município e frisou que não havia, por parte da população de uma forma geral, a preocupação com o destino dos resíduos gerados por essa atividade. Fez menção a palestra feita pelo Prof. Sabetai Calderoni, no Ciesp local, sobre Parceria Público-Privada (PPP), a qual poderia ser aplicada em diversos serviços, inclusive o da coleta e reciclagem de resíduos da construção civil. Lembrou que ele, Secretário, havia explanado sobre esse assunto em sessão da CAS, quando da apreciação, pela Casa, de projeto de lei que tratava dessa questão. O edil Valdir Camargo lembrou que o referido projeto fora aprovado, porém nada acontecera até aquele momento. O Secretário explicou que assuntos emergenciais haviam ocupado a secretaria e que, com a contratação de uma assessora jurídica específica para essa área, com certeza esse assunto seria retomado. Também destacou a necessidade e a importância da criação de um Fundo Municipal Ambiental.

Quanto à limpeza e desassoreamento de ribeirões, esclareceu que o município ainda não conseguira autorização, por meio de convênio com do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), para ter autonomia total, e não apenas em casos emergenciais, no que dizia respeito a execução desse serviço.

Sobre programa de implantação de áreas protegidas, citou:

- ✓ *parque municipal próximo à Variante Farmacêutico Francisco de Toledo Leme (na entrada da cidade, sentido Rodovia Fernão Dias-cidade);*
- ✓ *microbacia que se iniciava no Jardim Águas Claras, onde havia um lago formado por nascentes, seguia até o Jardim do Cedro e dali seguia até o lago da Hípica Jagari e desembocava no Ribeirão Lavapés ao lado da Rodovia Capitão Barduíno [área a ser recuperada pela Sabesp, por conta do passivo ambiental que ela*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



deixara no município - de acordo com Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a ser assinado entre o Executivo e a Sabesp -, formando futuramente um parque municipal].

O Secretário teceu comentários quanto ao fato de Bragança Paulista não ter sido citada no Estudo de Impacto Ambiental feito pela Petrobrás no projeto de reforma dos dutos em todo o estado de São Paulo. Explicou que parte dos vinte e dois quilômetros de dutos que se pretendia instalar no solo do município passariam pelo Parque do Caeté. Disse ter entrado em contato com a Petrobrás e exigido que houvesse um entendimento melhor por parte do Governo no que dizia respeito ao impacto ambiental dessa área, bem como que houvesse uma compensação financeira disso para o município. Detalhou que o projeto total dessa obra estava orçado em dois bilhões de reais, sendo que meio por cento desse valor, ou seja, dez milhões de reais, a Petrobrás teria de investir no meio ambiente do trecho Guararema/Bragança.

3 PROJETO DE REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA NOVE DE JULHO

Em maio de 2008, a vereadora Gislene Cristiane Bueno sugeriu que a comissão convidasse o representante do setor competente da municipalidade para tratar do assunto acima destacado. O titular da Pasta Municipal de Obras, engenheiro Rauf Carvalho Sabbag, ao explicar sobre o assunto, lembrou que a idéia de revitalizar a referida praça existia desde dois mil e cinco, tanto que o projeto ora apresentado era o sétimo estudo a esse respeito. Esclareceu também que, após terem obtido o aval do Condephac e de outros órgãos ambientais, bem como a ordem de serviço ter sido emitida, a Promotoria Pública entrara com uma ação civil pública e a Justiça determinara o embargo da obra. Informou que a Prefeitura prestara esclarecimentos solicitados e aguardava a liberação para dar continuidade ao serviço.

Após apresentar a planta referente às obras de revitalização da referida praça, o Secretário elencou algumas modificações que constavam nesse projeto:

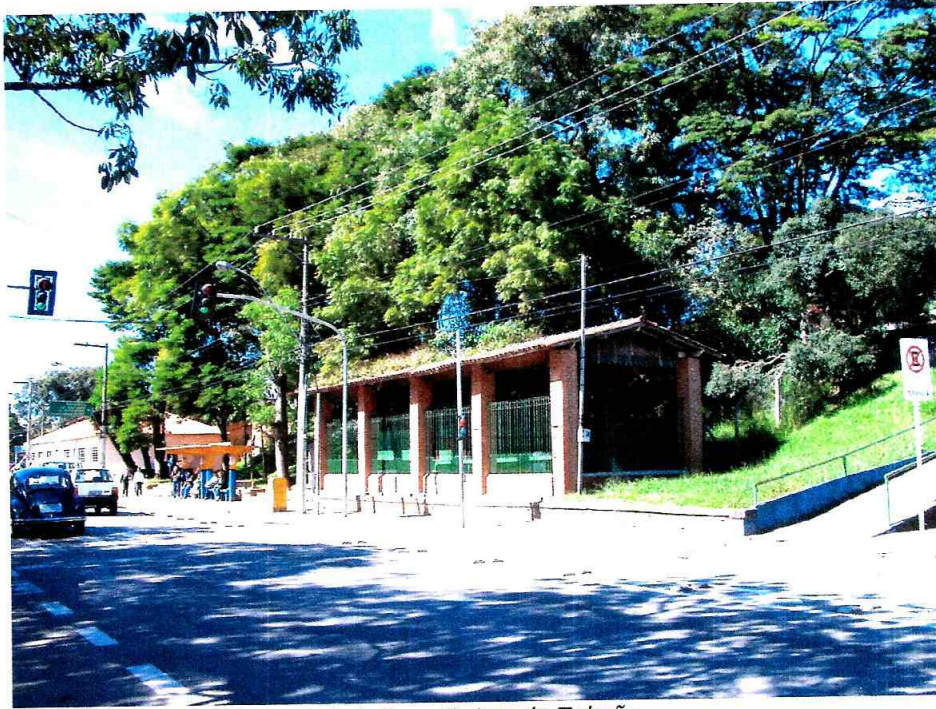
- ✓ *troca do piso;*
- ✓ *melhorias nas áreas ajardinadas;*
- ✓ *criação de "bolsão" para parada de ônibus no local ocupado atualmente pela locomotiva;*
- ✓ *implantação de faixa adicional para melhorar o trânsito entre as rotatórias do Mc Donald's e a Rua Felipe Siqueira.*

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



Praça 9 de Julho – Bairro do Taboão

Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Bragança Paulista

A vereadora Gislene Cristiane Bueno registrou a necessidade de instalação de sanitários públicos no local onde se pretendia criar o bolsão para parada de ônibus, para maior comodidade dos usuários do transporte público coletivo.

O cidadão Dorival Francisco Bertin, após acompanhar a exposição do Secretário, apresentou as seguintes sugestões:

- ✓ criação de "bolsão" para parada de ônibus, com espaço suficiente para diversos veículos coletivos (4 ou 5 vagas), tanto das linhas municipais, como das intermunicipais que paravam no local;
- ✓ anexar à Praça Nove de Julho a rotatória existente logo após essa praça - formando uma grande rotatória -, como uma alternativa para diminuir o congestionamento naquele local; ;
- ✓ abertura de uma via perimetral ou marginal para desviar o trânsito, principalmente dos veículos pesados que passavam pelo local.

O vereador Valdir Camargo ressaltou que enquanto não tirassem o trânsito que seguia para o Circuito das Águas do entorno da referida praça, as medidas adotadas em relação ao tráfego desse local seriam apenas paliativas. Considerou que as obras da Avenida Plínio Salgado teriam sido realizadas para



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA MUNICIPAL
BRAGANÇA PAULISTA



atender exclusivamente a esse trânsito, visto que não haviam respeitado as necessidades dos pedestres e dos moradores dos bairros adjacentes. Discorreu sobre a importância de se repensar a questão de rotas alternativas para o trânsito da Praça Nove de Julho.

O Secretário Rauf esclareceu que o problema do trânsito na Praça Nove de Julho apenas se resolveria com a construção de uma via perimetral ligando as rodovias Capitão Barduíno e Fernão Dias. Detalhou que projeto referente à construção dessa perimetral estava em estudos no Departamento de Estradas de Rodagens (DER), em Campinas. Lembrando que para a viabilização dessa obra o município precisaria receber recursos do Governo do Estado, comentou que na época em que ele trabalhara no DER, cada quilômetro de rodovia custava cerca de dois milhões de reais. Portanto, como essa perimetral teria cerca de dez quilômetros, ela custaria em torno de vinte milhões de reais, salientou o engenheiro Rauf.

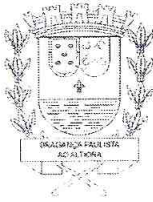
Quanto à indagação feita pelo vereador Valdir Camargo sobre haver projeto aprovado para construção de perimetral ligando o Jardim São Miguel à Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, próximo ao Motel Viper, o Secretário informou que isso estava em estudos no DER e que ainda não havia verbas para essa obra.



Praça 9 de Julho - Bairro do Taboão

Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Bragança Paulista

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Rauf', 'Camargo', and other illegible marks.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



4 TRABALHO DESENVOLVIDO PELA FAROS D' AJUDA - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

A partir de proposta da vereadora Gislene Cristiane Bueno, acatada pelos demais integrantes da comissão, a CAS recebeu, em novembro de 2008, a Sra. Márcia Davanso, sócia-fundadora da Faros D' Ajuda, acompanhada do Dr. Fernando Antônio Ortiz Menin, veterinário da entidade, para exposição do trabalho que vinha sendo realizado pela referida associação, havia três anos, no município.

A Sra. Márcia, ao comentar que a Faros D' Ajuda fazia um pouco do trabalho que caberia a um centro de controle de zoonoses, aliado a iniciativas de proteção, mencionou que esse trabalho, bastante sério, influenciava muito na questão da saúde pública. A esse respeito destacou que os animais de rua:

- ✓ *adoeciam e transmitiam doenças;;*
- ✓ *sofriam e causavam acidentes;*
- ✓ *procriavam sem parar;*
- ✓ *eram vítimas de crueldades e,*
- ✓ *também faziam vítimas (ataques de cães da raça pitbull abandonados nas ruas pelos seus donos).*

Ao mencionar que a associação não possuía sede própria e por isso utilizava o canil da Prefeitura, relatou que a partir de maio de 2006, após dezessete meses de atividades, fora assinado convênio com a Prefeitura. De acordo com esse convênio, explicou, a entidade passou a receber uma subvenção mensal de seis mil reais e, em contrapartida, se comprometera com o atendimento veterinário, castrações, alimentação e medicação para até trezentos animais.

Sobre os principais objetivos da associação, elencou:

- ✓ *promover a saúde, a alimentação e o bem-estar dos animais de rua e daqueles vítimas de maus-tratos;*
- ✓ *promover o restabelecimento e a doação desses animais;*
- ✓ *incentivar a posse responsável de animais e,*
- ✓ *apoiar órgãos e entidades governamentais com objetivos similares.*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



Em relação ao número de doações, disse terem sido 38 em 2007 e, até outubro de 2008, 36, e destacou a necessidade desse número ser duplicado. Sobre as castrações dos animais, informou terem sido 273, em 2007 e 170, até setembro de 2008.

Destacou ainda que, com a ajuda de veterinários voluntários, fora lançado um programa de castrações, por meio do qual as pessoas doavam oitenta reais - valor referente a uma castração -, doação essa que podia ser dividida em até dez parcelas. Esclareceu que após esse pagamento, a pessoa podia fazer gratuitamente a castração de seu próprio animal e também colaborava, com parte desse valor, com a castração de um animal do abrigo. Lembrando que a castração era um procedimento que custava cerca de trezentos reais, afirmou que o referido programa além de incentivar a castração, a tornara mais acessível. Explicou que dos oitenta reais citados, sessenta eram repassados para o veterinário, como ajuda de custo, e os vinte reais restantes ajudavam a castrar os animais do abrigo, ou seja, a cada três castrações realizadas por meio de doações, era possível castrar um do abrigo.

A Sra. Márcia ressaltou também a iniciativa dos integrantes do grupo S.O.S. Mãe Natureza, os quais se comprometeram a destinar para a Faros D' Ajuda trinta por cento da renda obtida com a venda, para reciclagem, do óleo de fritura que essa Ong vinha coletando.

Mencionando que a verba enviada pela Prefeitura não ser suficiente, a Sra. Márcia informou que a associação promovia eventos beneficentes para angariar recursos, bem como participava de eventos públicos, ocasião em que procuravam conscientizar a população sobre a posse responsável de animais.

O Dr. Fernando, ao discorrer sobre o trabalho dele na associação, falou sobre a importância de os animais do abrigo serem separados, por idade (filhotes e adultos), tamanho, sexo, e por outras razões, tais como doenças e grau de agressividade.

Ao informar que os animais do abrigo consumiam diariamente cento e trinta quilos de ração, reafirmou a necessidade da separação, tendo em vista que os animais dominantes muitas vezes não deixavam os demais se alimentarem.

Outras questões abordadas pelo Dr. Fernando foram quanto ao número de óbitos e a incidência de doenças como cinomose, parvovirose, doença do carrapato e sarna. Comentou também sobre o trabalho de educação e orientação que ele desenvolvia com os funcionários do abrigo, haja vista a necessidade de estes serem devidamente informados e esclarecidos quanto a forma correta de lidar com os animais.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



A Sra. Márcia solicitou o apoio da CAS para o encaminhamento de pedido ao Executivo, solicitando:

- ✓ *implantação de um Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) no município;*
- ✓ *incentivo para a implantação de um centro cirúrgico nas dependências do canil municipal, visando minimizar os custos dos procedimentos cirúrgicos, atualmente realizados em consultórios particulares;*
- ✓ *fornecimento de materiais de construção, como cimento, cal e blocos, destinados à construção de novos canis, tendo em vista a necessidade de isolar filhotes, animais doentes e os agressivos;*
- ✓ *aumento do valor da verba destinada atualmente à entidade para manutenção dos animais;*
- ✓ *incentivo para a construção de gatis;*
- ✓ *disponibilização de vacinas V8 (contra doenças infecciosas);*
- ✓ *celebração de convênio com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (Fesb), visando o atendimento aos animais do abrigo pelos estagiários do curso de Medicina Veterinária, bem como a realização gratuita, mensal, de determinado número de exames clínicos e radiológicos para esses animais;*
- ✓ *implantação de programa permanente de castração em massa dos animais de rua;*
- ✓ *ajuda material e/ou mão-de-obra, destinados ao cercamento de toda a área do canil municipal, para coibir o acesso, principalmente de animais, como vacas e cavalos, das propriedades vizinhas.*

Outrossim, considerando a pertinência do assunto ora tratado com o exposto no Projeto de Lei nº 46/2008, que dispõe sobre a introdução de noções de posse responsável de animais nas escolas públicas municipais e dá outras providências - aprovado por unanimidade pela Casa durante os trabalhos da 37ª sessão ordinária, realizada em 18 de novembro de 2008 -, a presidente Gislene Cristiane Bueno pediu para que constasse da indicação a ser enviada ao Executivo que esta comissão aguardava, para o mais breve possível, a sanção da mencionada matéria.

Também foi deliberado pelos integrantes da comissão o envio de requerimento ao Sr. Sérgio Luiz Pereira, presidente da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (Fesb), solicitando gestões junto ao Poder Executivo Municipal, objetivando a celebração de convênio para a realização de exames clínicos e radiológicos, para os animais atendidos pela entidade Faros D'Ajuda, no hospital veterinário dessa instituição.



PARTE II

DADOS SOBRE BRAGANÇA PAULISTA



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



DADOS REFERENTES AO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA



Foto aérea do município

Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Bragança Paulista

Território e População – ano 2008

Área (Em km ²)	513,59
População	143.495
Eleitores	104.246
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	279,40
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2008 (Em % a.a.)	1,76
Índice de Envelhecimento (Em %)	47,81
População com Menos de 15 Anos (Em %)	23,03
População com 60 Anos e Mais (Em %)	11,01

Fonte: Seade



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA ANOS DE 2001 a 2008								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
De 0 a 4 anos	10.635	11.003	11.378	11.764	12.157	12.283	12.404	10.713
De 5 a 9 anos	10.739	10.689	10.635	10.577	10.516	10.872	11.235	11.187
De 10 a 14 anos	11.359	11.337	11.311	11.282	11.247	11.178	11.105	11.146
De 15 a 19 anos	12.384	12.339	12.288	12.231	12.172	12.086	11.994	11.875
De 20 a 24 anos	12.158	12.553	12.958	13.370	13.786	13.628	13.469	12.786
De 25 a 29 anos	10.881	11.433	12.009	12.609	13.235	13.561	13.887	13.157
De 30 a 34 anos	9.823	10.163	10.509	10.862	11.223	11.750	12.296	12.031
De 35 a 39 anos	9.568	9.642	9.712	9.778	9.842	10.179	10.523	10.635
De 40 a 44 anos	8.938	9.109	9.279	9.448	9.617	9.706	9.790	9.935
De 45 a 49 anos	7.465	7.784	8.113	8.455	8.806	8.988	9.170	9.453
De 50 a 54 anos	6.244	6.456	6.673	6.896	7.124	7.441	7.768	8.174
De 55 a 59 anos	4.611	4.908	5.221	5.552	5.902	6.118	6.339	6.604
De 60 a 64 anos	3.795	3.881	3.968	4.055	4.143	4.419	4.712	5.037
De 65 a 69 anos	3.262	3.305	3.347	3.390	3.432	3.520	3.610	3.705
De 70 a 74 anos	2.554	2.621	2.690	2.759	2.829	2.877	2.927	2.969
75 anos ou mais	3.211	3.330	3.454	3.580	3.709	3.843	3.981	4.088
TOTAL	127.627	130.553	133.545	136.608	139.740	142.449	145.210	143.495

Fonte: Seade (www.seade.gov.br)

Nota da fonte: As novas projeções de população aqui disponibilizadas correspondem a uma revisão daquelas realizadas em 2002, que se baseavam na população por idade e sexo censuada em 2000 pelo IBGE, e nas estatísticas vitais produzidas pela Fundação Seade até 2001. Nesta revisão, foram consideradas as tendências apontadas para os componentes demográficos a partir das estatísticas vitais atualizadas até 2007 e as mudanças de tendência de crescimento populacional reveladas pela Contagem Populacional de 2007 (IBGE).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



ESTATÍSTICAS VITAIS E DE SAÚDE - SÉRIE: ANOS 2006 a 2007

	2006	2007
Taxa de natalidade (por mil habitantes)	15,13	13,79
Nascimentos com baixo peso (menos de 2,5 kg) (%)	8,78	10,85
Partos cesáreos (em %)	51,09%	52,23
Mães adolescentes com menos de 18 anos (%)	7,19%	7,49
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	15,78	15,90
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes)	105,83	125,67
Taxa de Mortalidade da População de 60 anos ou mais (por cem mil habitantes)	4.502,35	4.583,36

Fonte: Seade

MORTALIDADE INFANTIL - SÉRIE: ANOS 2000 a 2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	18,30	20,88	21,20	20,99	14,78	14,60	15,78	15,90
Taxa de Mortalidade Neonatal (por mil nascidos vivos)	15,25	16,71	13,36	12,32	8,37	11,30	9,74	9,23
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (por mil nascidos vivos)	11,33	9,28	9,68	10,04	4,93	8,95	6,03	7,69
Taxa de Mortalidade Pós-Neonatal (por mil nascidos vivos)	3,05	4,18	7,83	8,67	6,40	3,30	6,03	6,67
Taxa de Mortalidade Neonatal Tardia (por mil nascidos vivos)	3,92	7,42	3,69	2,28	3,45	2,35	3,71	1,54

Fonte: Seade



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



PRODUTO INTERNO BRUTO - SÉRIE: ANOS 2005 a 2006		
	2005	2006
PIB em milhões de reais correntes	1.623,92	1.869,36
PIB per capita em reais correntes	11.534,41	13.015,93
Participação no PIB do Estado (em %)	0,223356	0,232927

Fonte: Seade

EXPORTAÇÃO - SÉRIE: ANOS 2006 a 2007		
	2006	2007
Participação nas exportações do Estado de São Paulo (Em %)	0,129448	0,118792

Fonte: Seade

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - SÉRIE: ANOS 2006 a 2007		
	2006	2007
Número de agências bancárias	15 unidades	15 unidades
Operações de crédito	R\$ 236.253.710,44	R\$265.043.408,31
Depósitos à vista - governo	R\$ 2.497.009,33	R\$1.860.290,23
Depósitos à vista - privado	R\$ 66.024.118,86	R\$85.935.830,37
Poupança	R\$ 206.825.588,08	R\$260.599.707,50
Depósitos a prazo	R\$ 110.123.098,79	R\$133.002.227,85
Obrigações por recebimento	R\$ 91.534,26	R\$126.859,45

Fonte: IBGE

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JPM', 'Aurelio', and other illegible marks.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

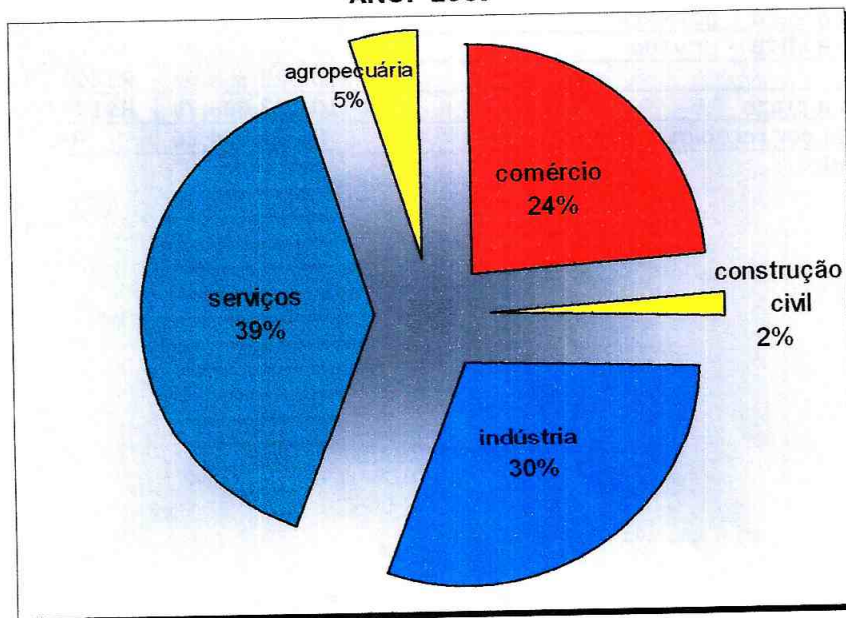
CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ANOS: 2000 a 2007								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Vínculos empregatícios na agropecuária	1.087	1.293	1.294	1.317	1.220	1.371	1.459	1501
Vínculos empregatícios no comércio	4.527	4.644	4.991	5.445	5.858	6.791	7.152	7711
Vínculos empregatícios na construção civil	431	439	419	404	570	372	516	692
Vínculos empregatícios na indústria	6.840	6.553	6.767	7.690	8.526	8.997	9.019	9752
Vínculos empregatícios nos serviços	9.276	9.536	10.505	10.212	10.446	10.835	11.953	12127
Total de vínculos empregatícios	22.161	22.465	23.976	25.068	26.620	28.366	30.099	31783

Fonte: Seade

GRÁFICO: PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS
ANO: 2007





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL (CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS)				
	2006		2007	
Arroz (em casca) - quantidade produzida	84	tonelada	84	tonelada
Arroz (em casca) - valor da produção	70	mil reais	70	mil reais
Arroz (em casca) - área plantada	60	hectare	40	hectare
Arroz (em casca) - área colhida	60	hectare	40	hectare
Feijão (em grão) - quantidade produzida	538	tonelada	571	tonelada
Feijão (em grão) - valor da produção	839	mil reais	891	mil reais
Feijão (em grão) - área plantada	510	hectare	506	hectare
Feijão (em grão) - área colhida	510	hectare	506	hectare
Milho (em grão) - quantidade produzida	7.560	tonelada	6592	tonelada
Milho (em grão) - valor da produção	2.117	mil reais	1846	mil reais
Milho (em grão) - área plantada	2.700	hectare	2457	hectare
Milho (em grão) - área colhida	2.700	hectare	2457	hectare

Fonte: IBGE

ESTRUTURA EMPRESARIAL (1/2)		
ANO: 2006		
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - Unidades locais	61	unidades
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - Pessoal ocupado total	616	Pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - Pessoal ocupado assalariado	553	Pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - Salários	12.612	Mil Reais
Pesca - Unidades locais	3	Unidade
Pesca - Pessoal ocupado total	3	Pessoas
Pesca - Pessoal ocupado assalariado	-	Pessoas
Pesca - Salários	-	Mil Reais
Indústrias extrativas - Unidades locais	38	Unidade
Indústrias extrativas - Pessoal ocupado total	134	Pessoas
Indústrias extrativas - Pessoal ocupado assalariado	96	Pessoas
Indústrias extrativas - Salários	930	Mil Reais
Indústrias de transformação - Unidades locais	846	Unidade
Indústrias de transformação - Pessoal ocupado total	10.244	Pessoas
Indústrias de transformação - Pessoal ocupado assalariado	9.195	Pessoas
Indústrias de transformação - Salários	154.616	Mil Reais
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - Unidades locais	12	Unidade
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - Pessoal ocupado total	244	Pessoas
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - Pessoal ocupado assalariado	243	Pessoas
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - Salários	9.193	Mil Reais
Construção - Unidades locais	80	Unidade
Construção - Pessoal ocupado total	533	Pessoas
Construção - Pessoal ocupado assalariado	426	Pessoas
Construção - Salários	2.625	Mil Reais
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - Número de unidades locais	3.716	Unidade
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - Pessoal ocupado total	11.277	Pessoas
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - Pessoal ocupado assalariado	7.152	Pessoas
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - Salários	59.067	Mil Reais
Alojamento e alimentação - Número de unidades locais	745	Unidade
Alojamento e alimentação - Pessoal ocupado total	1.865	Pessoas
Alojamento e alimentação - Pessoal ocupado assalariado	1.109	Pessoas
Alojamento e alimentação - Salários	6.953	Mil Reais

Continua

J. B. B.
M. L. S.
[Signature]
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



ESTRUTURA EMPRESARIAL (2/2)		
ANO: 2006		
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados - Número de unidades locais	75	Unidade
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados - PESSOAL ocupado total	456	Pessoas
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados - PESSOAL ocupado assalariado	376	Pessoas
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados - Salários	10.944	Mil Reais
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - Número de unidades locais	629	Unidade
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - PESSOAL ocupado total	2.907	Pessoas
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - PESSOAL ocupado assalariado	2.074	Pessoas
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - Salários	19.497	Mil Reais
Administração pública, defesa e seguridade social - Número de unidades locais	7	Unidade
Administração pública, defesa e seguridade social - PESSOAL ocupado total	2.700	Pessoas
Administração pública, defesa e seguridade social - PESSOAL ocupado assalariado	2.700	Pessoas
Administração pública, defesa e seguridade social - Salários	46.107	Mil Reais
Educação - Número de unidades locais	95	Unidade
Educação - PESSOAL ocupado total	1.458	Pessoas
Educação - PESSOAL ocupado assalariado	1.333	Pessoas
Educação - Salários	35.178	Mil Reais
Saúde e serviços sociais - Número de unidades locais	203	Unidade
Saúde e serviços sociais - PESSOAL ocupado total	1.979	Pessoas
Saúde e serviços sociais - PESSOAL ocupado assalariado	1.658	Pessoas
Saúde e serviços sociais - Salários	19.974	Mil Reais
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - Número de unidades locais	430	Unidade
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - PESSOAL ocupado total	2.100	Pessoas
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - PESSOAL ocupado assalariado	1.839	Pessoas
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - Salários	19.356	Mil Reais

Fonte: IBGE